

DO EXAME DA CRIANÇA À PRODUÇÃO DO ALUNO: NOTAS SOBRE O ESTUDO CIENTÍFICO DA INFÂNCIA

Heloísa Helena Pimenta Rocha*

Resumo: Este artigo analisa aspectos ligados à criação e atuação da Inspeção Médica Escolar em São Paulo. Examina algumas das práticas de higienização e disciplinamento da infância instituídas nas escolas primárias paulistas, como parte da atuação do corpo de médicos inspetores escolares, detendo-se, mais especificamente, naquelas que se articulam aos intentos de produção de um conhecimento científico sobre a infância. Busca, nesse sentido, responder a algumas indagações que fazem parte de um investimento de pesquisa mais amplo, por meio do qual se procura compreender os vínculos entre as pautas de higienização e os intentos de universalização e modernização do ensino primário em São Paulo, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

Palavras-chave: História da Educação, higienização, infância, inspeção médica escolar.

Em 1917, o “Anuario do Ensino do Estado de São Paulo”, publicação oficial da Diretoria Geral da Instrução Pública, anuncia, com entusiasmo, a remodelação dos serviços de inspeção médica das escolas paulistas, operada pelo governo do Estado, no final do ano anterior. Referindo-se à Lei n. 1.541, que transformara a Inspeção Médica Escolar (IME) – criada como dependência do Serviço Sanitário de São Paulo, em 1911 –, em uma seção daquela diretoria. Oscar Thompson, então diretor geral da Instrução Pública, aplaude a iniciativa do governo. No relatório que apresenta ao secretário do Interior, Thompson põe em destaque o acerto da medida, no sentido de imprimir novos rumos à inspeção médica das escolas, colocando-a, segundo suas palavras, “[...] à altura das exigências do que entendemos por escola nova” (ANUARIO, 1917, p. 26).

O tom eufórico, que denuncia a confiança de Thompson nas promessas de renovação educacional, pode ser notado já nas primeiras linhas do seu relatório, cujas feições ele procura distinguir daquelas assumidas pelas edições anteriores da publicação. No âmbito desse discurso marcado pelas intenções de fundação do novo, as feições do Anuario e os projetos ali estampados são chamados a testemunhar a reconfiguração educacional que resultava da aposta em uma pedagogia nova, experimental, científica, já que talhada sobre a natureza infantil. Reconfiguração que elegia a saúde como um dos seus pilares, convocando-a a colaborar na obra de formação integral do homem brasileiro. O discurso do diretor geral se apresenta como um discurso inaugural, fundante de um novo tempo, no qual a saúde dos pequenos escolares já não podia ser tratada exclusivamente no campo das iniciativas de inspeção sanitária, mas passava a se configurar em uma questão pedagógica.

Partindo da indagação acerca dos sentidos de que se reveste a reorganização da inspeção médica das escolas paulistas, que redundou na sua vinculação à Diretoria Geral da Instrução Pública, examinam-se aspectos ligados à criação e atuação do corpo de médicos inspetores escolares em São Paulo. Procura-se analisar, mais especificamente, no conjunto das práticas de higienização e disciplinamento da infância instituídas nas escolas primárias, aquelas que se articulam aos intentos de produção de um conhecimento científico sobre a infância. Essas

indagações fazem parte de um investimento de pesquisa mais amplo, por meio do qual se procura compreender os vínculos que se vão estabelecendo entre as pautas de higienização e os intentos de universalização e modernização do ensino primário em São Paulo, entre o final do século XIX e as décadas iniciais do século XX.

A vigilância higiênica da escola

As iniciativas ligadas à inspeção médica das escolas paulistas remontam à última década do século XIX, quando foi instituído um serviço de inspeção junto a duas instituições particulares de ensino, a Escola Neutralidade e o Colégio Andrade, sob a responsabilidade dos médicos Dr. Carlos Botelho, Dr. Sérgio Meira e Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, segundo dados levantados pelo Dr. Pedro Basile para a elaboração da tese apresentada à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, em 1920, sob o título “Inspeção Medica Escolar”. Esse mesmo autor nos informa que, já nessa época, Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, que mais tarde se tornaria diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, criara uma folha de inspeção médica completa para o registro dos dados dos alunos que freqüentavam essas instituições.

Tematizada sob a perspectiva dos riscos de propagação dos surtos epidêmicos nos lugares que reuniam um grande contingente de pessoas, a fiscalização da escola sob o ponto de vista higiênico figurou na legislação sanitária paulista, desde a década de 90 do século XIX, quer por conta das exigências de saneamento dos locais de aglomeração de pessoas, quer pelas possibilidades que oferecia de identificação precoce das doenças transmissíveis. Nesse sentido, a fiscalização da higiene escolar constituía-se em uma das atribuições que cabia a todos os inspetores sanitários indistintamente, voltando-se para aspectos ligados à limpeza dos prédios, funcionamento dos banheiros, cubagem do ar nas salas de aula e identificação de casos de moléstias contagiosas.

Dos estudos realizados pelo inspetor sanitário Dr. Balthazar Vieira de Mello, respondendo à incumbência que lhe fora confiada pelo diretor geral do Serviço Sanitário, Dr. Emilio Ribas, resultou a

publicação, em 1902, da obra intitulada “A hygiene na escola”¹, texto que forneceu as linhas mestras que orientaram a institucionalização da inspeção médica das escolas paulistas, em 1911. Apresentando os objetivos visados pela obra, Dr. Vieira de Mello a define como um trabalho de propaganda, comprometido com a divulgação de noções práticas de hygiene escolar aos responsáveis pelo desenvolvimento intelectual e físico da infância e mocidade. A obra, entretanto, não cumpre apenas a função de difusão dos preceitos higiênicos, de modo a colocá-los à altura daqueles que, envolvidos com a educação das crianças e jovens, viessem a se interessar pelo assunto. A seleção dos temas, a sua organização e o diálogo que estabelece com o leitor articulam-se no sentido de afirmar a necessidade da vigilância higiênica sobre a escola, nos seus mais diferentes aspectos – da localização do edifício escolar até a divisão do tempo e a escolha dos métodos e processos de ensino – e, ao mesmo tempo, de oferecer um modelo de organização a ser seguido pelas escolas primárias.²

A produção de um “corpo forte” e de um “espírito sadio”, adaptado às necessidades do trabalho, no caso dos meninos, e às exigências da maternidade, no caso das meninas, figura como intento em torno do qual se articulam as prescrições higiênicas que marcam a obra. Assim, o apêndice intitulado “Inspeção Medica Escolar: medidas hygienicas e administrativas” não ocupa um lugar secundário, na estrutura da obra. Operando como uma espécie de conclusão, o apêndice exerce no livro do Dr. Vieira de Mello um papel fundamental, na medida em que, a par das considerações em relação aos vários aspectos da organização escolar, propõe ao estado de São Paulo a criação da inspeção médica das escolas públicas. Recorrendo ao exemplo de países como a Rússia, Áustria, Alemanha, Holanda, Bélgica, Suíça e Inglaterra, em que esse serviço já se achava estruturado, o autor destaca o papel da inspeção médica escolar, explicitando as atribuições dos médicos escolares naqueles países (ROCHA; GONDRA, 2002).

Como parte da reforma do Código Sanitário, empreendida em 1911, com o intento de enfrentar os problemas gerados pelo intenso crescimento experimentado pelas cidades do estado e, destacadamente, pela capital, foi instituída a IME, contando com um corpo de quatro inspetores sanitários, Dr. Balthazar Vieira de Mello, a quem Dr. Emílio

Ribas nomeou para dirigir a recém-criada seção, Dr. Alcino Braga, Dr. Evaristo Bacellar e Dr. Lucas V. Catta Preta. Nas cidades do interior do estado, manteve-se uma situação que já se observava na prática, atribuindo-se aos inspetores sanitários do Serviço Contra o Tracoma a responsabilidade pela inspeção médica das escolas. Matizando as diferenças entre o regulamento de 1911 e a legislação sanitária que vigorara até então, destaca Ribeiro (1993):

[...] o regulamento de 1911 reforçou a parte referente ao policiamento sanitário da Capital, tornou mais rigorosas as normas, definiu responsabilidades pela fiscalização e criou órgãos específicos para atuarem no policiamento e no estudo das questões colocadas pelo intenso crescimento da cidade: a presença das fábricas, o crescimento da população, o aumento do número de construções urbanas, o crescimento dos cortiços e da indigência. [...] São nesses aspectos que reside a diferença entre esse regulamento e as leis sanitárias anteriores que se voltavam para o interior, para as cidades atingidas, ano após ano, pelas epidemias (RIBEIRO, 1993, p. 115).

Gestada no contexto dessas preocupações em relação aos problemas causados pela urbanização e desenhada segundo os moldes traçados pelo Dr. Vieira de Mello, com base no estudo da experiência dos países europeus, onde os serviços nessa área vinham se instituindo desde a segunda metade do século XIX, a IME deveria se responsabilizar pela inspeção dos estabelecimentos públicos e privados de ensino primário, secundário e profissional. Cabia a essa instituição, segundo o artigo 67 do decreto n. 2.141, as atribuições pela inspeção de todo o rol de aspectos já enunciados pelo Dr. Vieira de Mello, na obra publicada sob os auspícios do governo do estado de São Paulo, em 1902, e que incluíam a construção dos edifícios escolares, o mobiliário escolar, os métodos e processos de ensino, as posições e atitudes escolares, a distribuição das matérias, dos horários, recreios e exercícios físicos, o exame de docentes, alunos e empregados, a vacinação.

Embora não se encontrem registros nos Anuários de Ensino que evidenciem a atuação do corpo de inspetores escolares na

fiscalização higiênica das escolas, cabe lembrar que, a partir de 1910, com a criação da Diretoria Geral do Ensino, resultante dos esforços de reorganização da antiga Inspetoria Geral do Ensino, que fora criada em 1897, delegou-se a esse órgão, no conjunto das atribuições relativas à direção e inspeção do ensino, as questões referentes à higiene escolar, disposição que não foi revogada com a criação da IME, em 1911. Assim, ao que parece, a inspeção das escolas, sob o aspecto higiênico, se configurava numa responsabilidade que cabia legalmente tanto aos inspetores sanitários como aos inspetores escolares, como parecem evidenciar os comentários do diretor geral da Instrução Pública, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, no relatório apresentado ao secretário do Interior em 1911: “[...] há bem tempo que médicos humanitários, preocupados com o estado geral da saúde da infância, vem mostrando a alta conveniencia da inspeção medica escolar, nobre intento em que seus esforços foram secundados pelos inspetores escolares, e afinal ouvidos pelo Governo” (ANUARIO, 1911, p. 45).

Em relação a essa questão, cabem algumas indagações: que pressões terão justificado essa aparente duplicidade? A que interesses terá respondido a manutenção, pelo menos na letra da lei, de uma cláusula que atribuía a profissionais da educação essa responsabilidade, uma vez que, mesmo antes da criação da IME, a fiscalização higiênica das escolas já figurava como uma atribuição dos inspetores sanitários? Em que medida essa responsabilidade era compartilhada, na prática, entre médicos e profissionais da educação e que disputas e conflitos se estabeleceram no cumprimento dessas disposições legais? A ausência de registros não pode ser lida como ausência de conflitos, na medida em que os relatórios publicados pelo diretor geral da Instrução Pública não apresentavam os relatórios dos inspetores escolares na íntegra, compulsando apenas os aspectos que julgavam mais significativos.

Conflitos e suspeitas em relação à institucionalização da IME também parecem ter se estabelecido no próprio campo da Medicina. Como destaca Dr. Basile (1920), em sua tese:

Objecções têm sido feitas á fiscalização da saúde das crianças e tratamento de seus defeitos phisicos, sob o pretexto de que essas medidas eram contrarias á pratica regular da

medicina. Assim, não se podia imaginar bem em que relação estaria o medico escolar para com os outros collegas (o medico da casa e o inspector sanitário), e, finalmente, com a casa paterna. Esquecia-se que o medico escolar não trata dos alumnos, mas envia a criança, para cuidados médicos, ao medico do hospital, do dispensario ou da familia. (BASILE, 1920, p. 18-19).

Possíveis conflitos com os professores, objeções dos clínicos, riscos morais, suspeitas em relação à família e problemas ligados ao financiamento parecem ter marcado o nascimento dessa instituição em São Paulo, como indica o texto de Basile:

Assim, tambem, temiam-se as dificuldades no exame das meninas de maior idade, que estariam no período da puberdade. Outra objeção: as medidas de inspecção medica escolar encorajam a incúria dos paes, e tendem a diminuir o sentimento de responsabilidade dos mesmos no que concerne á saúde de seus filhos. O empecilho principal consistia e consiste ainda na resolução do problema da despesa para a qual o Estado e a collectividade não queriam contribuir. (BASILE, 1920, p. 19).

Em seus primeiros momentos de atuação, como parte das atribuições instituídas por lei, a IME dedicou-se ao minucioso exame individual das crianças, procurando incidir sobre um conjunto de aspectos não recobertos pelos exames antropométricos realizados pelos professores, os quais se limitavam a verificar aspectos ligados ao desenvolvimento físico das crianças.³ Recenseando o funcionamento dos vários órgãos, os médicos inspectores escolares intentavam guiar os professores em relação aos exercícios físicos e oferecer critérios para orientar os pais nos cuidados com a saúde dos filhos, segundo assinalava o diretor geral da Instrução Pública, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, em 1911, numa leitura que parecia demarcar as fronteiras de atuação entre médicos e mestres e atenuar possíveis conflitos.

Saúde e assistência parecem ter se mesclado no desenvolvimento das atividades de um órgão que, ao que tudo indica, contava com uma minguada fatia do orçamento da Secretaria do Interior. Assim, já no

primeiro ano de funcionamento, a IME buscou o apoio da iniciativa particular para a criação dos Dispensários de Assistência Dentária, os quais foram instalados em alguns grupos escolares da capital. Contando com o apoio do governo do Estado e a benemerência das damas da alta sociedade paulistana, os grupos escolares dos bairros da Luz, Boa Vista, e Barra Funda passaram, a partir de 1912, a abrigar dispensários, para onde eram encaminhadas as crianças que necessitavam de cuidados odontológicos, recaindo a escolha sobre os bairros mais populosos nos quais residia um grande contingente de operários. Os esforços do Dr. Vieira de Mello redundaram na criação da Associação Paulista de Assistência Dentária Escolar,⁴ cuja atuação pode ter, em parte, servido para atenuar as tensões entre médicos escolares e clínicos, além de responder às necessidades de atendimento das crianças pobres.

“A nossa aspiração é fazer escola nova”

O “Anuario do Ensino” de 1917 é marcado pelo tom de novidade. Novas feições, novas aspirações, novos rumos, novos compromissos, novas ou remodeladas instituições, dentre as quais a IME. A par de uma breve retrospectiva sobre o formato assumido pela publicação, desde a sua primeira edição em 1907, Thompson afirma:

O actual Anuario aparece com uma feição inteiramente diversa da dos anteriores. A nossa aspiração é fazer escola nova. Não nos prendemos mais a questões que julgamos estudadas e resolvidas, sem, contudo, descuidarmos totalmente, dellas, mas procuraremos divulgar em nossos estabelecimentos de ensino o objectivo da escola nova e da pedagogia social. (ANUARIO, 1917, p. 7).

O discurso do diretor geral da Instrução Pública é marcado pelas preocupações com a difusão dos ideais de uma escola moderna, cuja organização deveria se pautar no que considerava como as mais recentes conquistas da ciência. Suas preocupações com a “[...]”

formação do homem, sob o ponto de vista intelectual, sentimental e volitivo” (ANNUARIO, 1917, p. 7) põem em evidência o lugar reservado à saúde nas práticas discursivas e institucionais por meio das quais se buscou legitimar, nas décadas iniciais do século XX, a pedagogia escolanovista. A centralidade da função sanitária atribuída à escola, nesse empreendimento de renovação educacional, justificava o entusiasmo em relação à remodelação da Inspeção Médica Escolar, doravante sob a jurisdição da Diretoria da Instrução Pública. Procurando marcar o flagrante contraste entre os princípios a que vinha responder a remodelação dessa repartição e as limitadas funções sanitárias em que ainda se pautava a atuação da escola, assinalava Thompson:

A escola nova, como primeira das condições de eficiência educativa, que lhe compete, no preparo e formação de um individuo feliz, deve cuidar da sua personalidade physica. Mas não basta conservar sã a parte somatica do educando – importa mais curar o que a tem imperfeita ou apresenta tendencias para a imperfeição. Infelizmente, o papel actual da escola, no que diz de perto com a sua função sanitaria, não é ainda tão amplo, como houvera mister. Urge, pois, sejam abandonados os estreitos moldes da hygiene escolastica vigente e substituida a familia nos cuidados com a saude das crianças; e este escopo só o conseguirá a escola nova, quando, para cada grupo de educandos, dispuser de um medico vigilante, com todos os modernos recursos á mão, para os applicar, e, depois do indispensavel estudo individual, separá-los em classes distinctas de individuos robustos, doentes, fracos e debeis. Dest’arte, em grupos homogeneos, serão mais facilmente adaptados programmas especiaes, exercicios adequados, lições ao ar livre, passeios, etc., e estadia em colonias de fêrias. [...] A saude physica será, pois, uma das preoccupações da escola nova, que empresta da antiga civilização grega o velho lemma – mens sana in corpore sano – para seu labaro. (ANNUARIO, 1917, p. 25-26).

Os intentos de produção de homens saudáveis colocavam em cena todo um arsenal de dispositivos voltados não apenas para a

conservação da saúde, mas sobretudo para a identificação, correção e prevenção das imperfeições. Para tanto, era mister substituir a autoridade familiar, mas também a autoridade do professor, pela autoridade da ciência, introduzindo, no cotidiano das práticas escolares, a figura do médico vigilante, municiado de modernos recursos, capazes de evidenciar as características individuais com base nas quais se deveria agrupar o coletivo de alunos, de modo a responder às necessidades de homogeneização em que se assentava a escola graduada.

O estudo individual de cada criança deveria permitir adaptar o trabalho pedagógico segundo se tratasse de “indivíduos robustos, doentes, fracos ou débeis”, rompendo com os moldes em que até então se pautava o ensino, voltado predominantemente para a instrução e, nesse sentido, incapaz, segundo avaliava Thompson, de responder às necessidades individuais, assim como de identificar e corrigir as deficiências apresentadas pelas crianças.

Para a nova seção da Diretoria Geral da Instrução Pública, que permanecia sob a direção do Dr. Balthazar Vieira de Mello, foram designados cinco médicos inspetores para a capital: os doutores Antonio Evaristo Bacellar, Alcino Braga e Lucas V. Catta Preta, que já atuavam na IME, desde a sua criação, em 1911, Dr. Manuel Monteiro de Araripe Sucupira e Dr. Ugolino Pentecado. Enquanto o Estado não instituiu o serviço nos demais municípios, cabia às autoridades municipais a responsabilidade pela nomeação dos seus médicos inspetores, os quais se subordinavam ao médico-chefe.

As inovações introduzidas pela Lei n. 1.541 ampliam a atuação dos médicos inspetores escolares em relação à preservação da saúde das crianças, estabelecendo o exame cuidadoso dos órgãos visuais e auditivos, a inspeção buco-dentária e o encaminhamento dos alunos que apresentassem enfermidades para as clínicas escolares, a participação dos médicos inspetores em conferências públicas acerca de temas ligados à higiene escolar. Deve-se realçar, entretanto, no conjunto dessas inovações, a centralidade assumida na remodelação da Inspeção Médica pela investigação e registro das características individuais das crianças que freqüentavam as escolas paulistas.

Visando orientar a atuação dos médicos inspetores, Dr. Vieira de Mello publica, em 1917, a obra “Higiene escolar e pedagogica

para uso de médicos, educadores e estabelecimentos escolares”. Composta por um prefácio, um pequeno texto intitulado “Hygiene escolar e pedagogica”, reunindo informações sobre a reestruturação e mudança de jurisdição da IME, e seis capítulos, a obra tem como intento sistematizar um conjunto de instruções, de modo a garantir a boa execução e uniformidade dos trabalhos de inspeção das escolas.

Concebido como um guia que deveria nortear a atuação do corpo de médicos inspetores, garantindo a uniformidade de ação desse corpo profissional, em sua maioria composto de médicos que agregavam às suas lides de inspetor sanitário o trabalho de inspeção das escolas públicas e particulares de ensino primário, normal, secundário e profissional, sob a direção e fiscalização do médico-chefe, o livro assume uma estrutura que procura favorecer a consulta dos mais diferentes tópicos sobre os quais deveria se voltar a atenção desses profissionais, no desempenho da função que lhes era atribuída.

Na leitura da obra, assim como dos relatórios da IME, publicados nos Anuários do Ensino, em 1917 e 1918, chama a atenção o lugar que assumem as práticas de exame, medição e classificação das crianças, preocupação já esboçada na obra “A Hygiene na escola”, quando Dr. Vicira de Mello defendia, como uma das atribuições da inspeção escolar, a organização da estatística sanitária escolar, produzida com base nos dados sobre as instalações escolares, como também em dados sobre os alunos, levantados a partir dos exames antropométricos.

O deslocamento da atenção dos médicos-higienistas, das instalações escolares para o corpo infantil, como objeto que deveria ser esquadrinhado, medido, pesado, sendo os dados produzidos a partir dessas operações, registrados em fichas individuais e sistematizados em cartões e tabelas, que favoreciam os procedimentos de comparação e classificação, pode ser aquilatado ao se observar a estrutura do livro “Hygiene escolar e pedagogica”, o qual reserva três capítulos para o tratamento dessa questão: capítulo III – Exame medico do escolar; capítulo IV – Classificação dos anormaes; e Capítulo VI – Médias do desenvolvimento physico dos escolares da cidade de S. Paulo.⁵

Considerando a exigência do exame físico cuidadoso de todos os alunos, do registro em fichas individuais e da classificação dos alunos em normais ou anormais, instituída pela lei que reorganizou a IME, são

apresentados, nesses três capítulos, modelo de ficha sanitária individual, ficha de exames anuais, esquema para classificação dos escolares, esquema para o exame clínico dos anormais e quadro do desenvolvimento físico dos escolares da cidade de São Paulo, os quais compõem, com a ficha de cadastro sanitário das escolas, inserida no primeiro capítulo, o conjunto de dispositivos que deveriam guiar o trabalho de inspeção médica das escolas paulistas.

Há que se interrogar o que terá representado, no âmbito desse movimento de renovação educacional, a remodelação da IME que a configurou como dependência da Diretoria Geral da Instrução Pública? Que representações acerca do corpo infantil terão orientado a atuação dessa nova seção? Como essa seção cuja atuação pôs em primeiro plano os propósitos de inspeção do corpo infantil, configurado como campo privilegiado para a detecção dos sinais de normalidade e anormalidade, terá respondido aos desígnios de produção dessa modernidade pedagógica, pautada sobre as certezas da ciência, que, com tanto entusiasmo, Thompson anunciava? Que novidades a IME oferecia ao afã de medir já expresso em outras iniciativas encetadas no campo educacional, a exemplo da instalação do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo, em 1914, iniciativa capitaneada por Thompson, com o intento de promover o “estudo científico da infância”?⁶ Que refinamentos esse arsenal de dispositivos postos em circulação por essa nova seção da Diretoria da Instrução Pública representava em relação às práticas de medição instituídas no Laboratório de Psicologia Experimental? Que novidades representavam as fichas antropopedagógicas, criadas pelo Dr. Vieira de Mello, em relação a outros dispositivos de registro dos dados colhidos a partir do exame do corpo infantil, a exemplo das cadernetas biográficas adotadas nos grupos escolares e escolas isoladas, a partir de 1915 ou da folhas biográficas a que se referia Clemente Quaglio, em 1910?

Os intentos de produção de um conhecimento científico sobre a criança e de constituição da criança em aluno parecem ter vislumbrado na remodelação da IME a sua possibilidade de realização. Aposta que se traduz, no discurso de Thompson, na possibilidade de conhecimento dos “tipos de educando”:

Não poderá, pois, essa escola deixar de proceder ao estudo da criança na sua manifestação mental, na sua potencia de imaginação, na sua força de juízo, no seu dynamismo intellectual, nos seus pendores. Sem este estudo, não poderá o educador conhecer os typos de educando, nova bussola do ensino novo. (ANNUARIO, 1917, p. 29).

Examinar, inspecionar, identificar, catalogar e definir o tipo eram alguns dos procedimentos que viriam conferir cientificidade ao trabalho pedagógico, permitindo orientá-lo segundo as características individuais dos alunos, cujo conhecimento possibilitava agrupá-los sob o primado da norma, distinguindo e separando os “normais”, dos “super” e dos “subnormais”, mas sobretudo dos “anormais”. Na confluência com um conjunto de saberes que, desde as décadas finais do século XIX, punham na ordem do dia os riscos da degeneração racial, a pedagogia nova via na Inspeção Médica uma importante aliada. Os procedimentos de identificação acionados pelos médicos inspetores escolares, desde os primeiros momentos da sua atuação junto às escolas paulistas, não deixam dúvidas em relação ao seu parentesco com os pressupostos de ciências como a antropologia e a psicologia.⁷ Nesse sentido, vale a pena atentarmos para a orientação adotada nos dispensários de assistência dentária e aos propósitos de que se revestiam as práticas aí desenvolvidas:

A inscrição nos ‘Dispensarios’ obedece á ordem dos exames medicos na escola, recebendo o alumno que necessita de cuidados odontologicos uma ‘Guia de inscrição’ indicando a procedencia, o seu nome, idade, descendencia, logar onde nasceu e onde tem residido, dizeres estes que são transcriptos na ‘Ficha dentaria individual’, adeante reproduzida, e que servem para o estudo etiologico da carie dentaria, no que concerne á questão de raças e climas. Este serviço representa papel importante na verificação da identidade, podendo ser de grande valor em caso de identificação de cadaveres, bastando tão sómente recorrer á ficha dentaria individual da pessoa suspeita de accidente, suicidio ou crime. (ANNUARIO, 1911-1912, p. 49, 51).

Dispositivo de produção de conhecimento sobre a infância, as fichas individuais criadas pelo Dr. Vieira de Mello, em 1917, reuniam, além dos dados de identificação, registros sobre a vacinação, revacinação e ocorrências mórbidas verificadas desde o nascimento da criança, dados resultantes do exame físico e observações pedagógicas, sendo essas últimas fornecidas pela professora. Produzidas no entrecruzamento da autoridade dos médicos e dos professores, as fichas deveriam registrar os dados levantados a partir de um exame físico que incidia sobre os mais diversos aspectos, que iam da aparência geral ao funcionamento dos órgãos. Exame esse que seria complementado pelas observações pedagógicas, as quais se voltavam para a atenção, memória, inteligência e caráter da criança.

Com base nessa investigação, que não se restringia aos aspectos visíveis, mas buscava interrogar sobre as mais recônditas características humanas, as crianças eram classificadas em “normais” ou “anormais”, conforme se aproximassem dos padrões de desenvolvimento físico e intelectual compatíveis com a sua idade. A classificação pedagógica do escolar, calcada no critério da inteligência,⁸ dividia as crianças em: “supernormais ou precoces”, “normais”, “subnormais ou tardas”, sendo que este último grupo compreendia, do ponto de vista do caráter: os astênicos, indiferentes, apáticos; os instáveis, inquietos, impulsivos; os ciclotímicos, que reuniam características dos astênicos e dos instáveis. O método de arquivamento das fichas adotado pelo Dr. Vieira de Mello oferece indícios para a compreensão dos intentos desse investimento de catalogação das características infantis:

Quanto á ultima categoria, referindo-se ella tão somente aos anormaes intellectuaes ou tardos, constitue uma classificação á parte, por idêntico processo, de modo a se poder, em dado momento, conhecer o numero de alumnos que reclamam escolas especiaes ao grau da sua intelligencia. (ANUARIO, 1917, p. 386).

Medindo, pesando, observando, examinando e testando as crianças, elaborando fichas e boletins nos quais eram registrados os resultados desses exames e mensurações, utilizados no estabelecimento de parâmetros de normalidade, a IME exerceu um papel fundamental

na produção de um conhecimento científico sobre a infância, participando, de forma decisiva, na elaboração de dispositivos de normalização, que tinham como horizonte a constituição de um tipo higiênica e eugenicamente normal. Na inflexão que desloca a atenção dos médicos inspetores escolares para o corpo e a inteligência da criança, emergem aspectos significativos para a compreensão da produção social da escola como espaço de socialização e disciplinamento da infância. A análise da implantação da IME em São Paulo e da atuação dos inspetores médicos nas escolas paulistas oferece, nesse sentido, elementos para a reflexão sobre aspectos significativos da constituição da modernidade pedagógica. Aspectos esses constituídos na intersecção de uma pluralidade de saberes que postularam o poder da ciência na configuração de um novo modelo de organização escolar e de uma pluralidade de dispositivos que visaram conformar a escola a padrões de eficiência e racionalidade.

Notas

* Doutora em Educação pela USP. Professora na Faculdade de Educação da UNICAMP e membro do comitê gestor do Centro de Memória da Educação/UNICAMP. E-mail: heloisah@unicamp.br

¹ Alguns aspectos da produção dessa obra e do tratamento conferido pelo autor à educação escolar foram tematizados em artigo publicado anteriormente. Cf. Rocha (2002).

² Para se ter uma idéia mais clara da estrutura da obra, reproduzimos os títulos dos capítulos: Capítulo I: Situação e construção do edifício escolar; Capítulo II: Ventilação, iluminação e limpeza; Capítulo III: A mobília escolar e o material de ensino; Capítulo IV: Posições e atitudes escolares; Capítulo V: Métodos e processos de ensino; Capítulo VI: Distribuição das matérias – Horas de classe e de recreio – Exercícios físicos – Gymnastica; Capítulo VII: Molestias que se adquirem no meio escolar; Capítulo VIII: Molestias que se propagam no meio escolar; Apêndice -- Inspeção médica escolar – Medidas higienicas e administrativas; Conclusões.

³ Segundo se pode depreender da leitura do relatório apresentado pelo diretor geral da Instrução Pública, João Chrysostomo dos Reis Bueno Junior, ao secretário do Interior, em 1912, o exame antropométrico procurava verificar a estatura, peso e desenvolvimento torácico em relação à idade da criança, enquanto que a inspeção médica procurava ampliar esses dados, por meio do exame da boca, ouvidos, olhos, sensações vitais do aparelho respiratório. Cf. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo (1911-1912, p. 46). Dados sobre o exame físico realizado pelos médicos inspetores escolares também podem ser encontrados no Anuário de 1914, que apresenta os resultados quantitativos em relação à aparência geral das crianças, pele e couro cabeludo, vista, ouvidos, nariz, garganta, dentes, esqueleto, sistema ganglionar, aparelho respiratório, indicando ainda

os percentuais de suspeitos de sífilis e afetados de bôcio. Cf. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo (1914, p. 16-17).

⁴ Sobre o trabalho desenvolvido pela Associação Paulista de Assistência Escolar, nos dá conta Dr. Basile, em 1920: “[...] por iniciativa do mesmo Dr. Vicira de Mello, constituiu-se ha tempos, nesta Capital, a ‘Associação Paulista de Assistência Escolar’, que, com annuência do Governo, do qual recebe pequeno auxilio, mantem sete dispensarios dentarios nos grupos escolares. Mais tarde foram installados e mantidos pela mesma associação, mais trez dispensarios, sendo um de molestias dos olhos, outro de molestias dos ouvidos, nariz e garganta e um terceiro de medicina em geral e affecções da pelle. Esses dispensarios dentarios e polyclinicas escolares, onde são attendidos diariamente os alumnos portadores de boletins fornecidos pelos respectivos medicos escolares ou escolas officias do Governo, em diferentes pontos da cidade, facilitando assim a procura e consulta dos necessitados” (BASILE, 1920, p. 103).

⁵ Vejamos como se estrutura o livro: Prefacio, p. 7-9; Remodelação da Inspeção Medica Escolar, p. 11-12; Capítulo I: O edificio escolar, p. 13-36; Capítulo II: Internatos e collegios, p. 37-56; Capítulo III: Exame medico do escolar, p. 57-102; Capítulo IV: Classificação dos anormacs, p. 103-106; Capítulo V: As molestias escolares, p. 107-152; Capítulo VI: Médias do desenvolvimento physico dos escolares da cidade de S. Paulo, p. 153-175. Ao final, é publicado o texto da lei que reorganizou a IME.

⁶ Sobre essa questão, ver Carvalho (1997).

⁷ Ver Carvalho (1993).

⁸ Segundo orientava Dr. Vicira de Mello, “[...] o criterio para se ajuizar se o escolar é *normal*, *supernormal* (precoce) ou *subnormal* (tardo) baseia-se no grau de sua intelligencia comparada com *os da sua idade*, e não no adeantamento ou atraso entre alumnos de idades differentes” (ANUARIO, 1917, p. 388).

Referências

ANUARIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1909-1910, 1911-1912, 1917, 1918.

BASILE, P. **Inspeção Medica Escolar**. São Paulo, 1920. Tese. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

MELLO, B. V. **Higiene escolar e pedagogia**. São Paulo: Casa Vanorden, 1917.

_____. **A higiene na escola**. São Paulo: Typographia do “Diario Official”, 1902.

CARVALHO, M. M. C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M. C. (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: USF, 1997.

CARVALHO, M. M. C., op. cit; SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, G. Z. **Saúde escolar e educação.** São Paulo: Cortez, 1985.

RIBEIRO, M. A. R. **História sem fim...** Inventário da saúde pública. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

ROCHA, H. H. P. **A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925).** Campinas: Mercado de Letras; FAPESP, 2003.

ROCHA, H. H. P.; GONDRA, J. G. A escola e a produção de sujeitos higienizados. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./dez. 2002.

SILVA, A. C. G. **Inspeção Médica Escolar em São Paulo (1911-30): a escola como lugar de higiene e saúde.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: PUC/SP, 2001.

Abstract: This article analyzes the creation and performance of the Medical Inspection of Schools in São Paulo State, in Brazil. It examines some hygienic and discipline practices during infancy, applied on primary schools in São Paulo, as part of the medical inspectors duties, focusing more specifically on the activities related to the production of scientific knowledge about infancy. This paper tries, in this sense, to answer some questions which are part of a broader investment on research, through which we try to understand the link between connection hygienic guidelines and the intentions to universalize and modernize the primary education in São Paulo between the end of the 19th Century and the first decades of the 20th Century.

Keywords: History of Education, hygiene, infancy, Medical Inspection of Schools.